



# Câmara Municipal de Diadema

Estado de São Paulo

## PROJETO DE LEI Nº 121/2025

Altera a Lei Municipal nº 2.277, de 31 de outubro de 2003, que “dispõe sobre a Política Municipal de Animais Domésticos ou de Estimação”, para instituir o Censo Municipal de Animais Domésticos (cães e gatos) como instrumento obrigatório de controle populacional de registro de animais.

O Vereador JERRI DESSONE DA SILVA REGO (JERRY BOLSAS), no uso e gozo das atribuições legais que lhe confere o artigo 47 da Lei Orgânica do Município de Diadema, combinado com artigo 170 do Regimento Interno, vem apresentar, para apreciação e votação Plenária, o seguinte Projeto de Lei:

**Art. 1º.** Fica acrescido o artigo 38-A à Lei Municipal nº 2.277, de 31 de outubro de 2003, com a seguinte redação:

“**Art. 38-A** - Fica instituído, no Município de Diadema, o Censo Municipal de Animais Domésticos (cães e gatos), como programa permanente e instrumento essencial à execução dos programas previstos nos artigos 36 e 38 desta Lei.

§ 1º. O Censo terá a finalidade de identificar, registrar e quantificar os animais domésticos (cães e gatos) existentes no território urbano e rural, contribuindo para o controle populacional, a prevenção de zoonoses e a promoção do bem-estar animal.

§ 2º. A realização do Censo Animal caberá à Secretaria Municipal de Meio Ambiente, por meio da Unidade de Vigilância de Zoonoses (UVZ), que deverá efetivá-lo bianualmente (a cada dois anos), por meio de agentes designados.

§ 3º. Os agentes designados, em suas visitas domiciliares, deverão preencher formulário padronizado, contendo, no mínimo, as seguintes informações:

- I – número de animais de estimação;
- II – espécie e raça;
- III – sexo;
- IV – condição reprodutiva (esterilizado ou não);
- V – condições de abrigo e alimentação;
- VI – identificação do agente recenseador;
- VII – registro de vacinação e atendimento veterinário.

§ 4º. Os dados coletados no Censo Animal deverão ser sistematizados em banco de dados municipal, com acesso público por meio do *site* oficial da



# Câmara Municipal de Diadema

Estado de São Paulo

Prefeitura de Diadema, garantindo a transparência e a atualização das informações.

§ 5º. Para a execução, apoio técnico e divulgação do Censo, o Município poderá firmar parcerias com universidades, entidades protetoras de animais e organizações não governamentais.”

**Art. 2º.** As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas, se necessário.

**Art. 3º.** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Diadema, 28 de novembro de 2025.

Assinado digitalmente por:  
JERRI DESSONE DA SILVA REGO  
CPF: \*\*\*.947.628-\*\*  
Data: 04/12/2025 10:21:40 -03:00



Vereador JERRI DESSONE DA SILVA REGO  
(JERRY BOLSAS)



# Câmara Municipal de Diadema

Estado de São Paulo

## JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei visa promover a alteração e o aperfeiçoamento da Lei Municipal nº 2.277, de 31 de outubro de 2003, que “dispõe sobre a Política Municipal de animais domésticos ou de estimação”. Embora a legislação atual já estabeleça importantes diretrizes para a política municipal, ela carece de instrumentos obrigatórios e específicos para a coleta contínua e detalhada de dados populacionais, essenciais para a eficácia das ações de Saúde Pública e Bem-Estar Animal.

### I. A Necessidade de Quantificação e Dados Específicos

A Lei nº 2.277/2003 já obriga a Prefeitura a “elaborar um programa de controle populacional de animais” (Artigo 38) e a implantar um “Sistema de Identificação e Registro de Animais” (Artigo 36). Contudo, a ausência de um mecanismo legal que exija a quantificação periódica da população animal impede que estes programas genéricos atinjam seu potencial máximo.

O Anteprojeto de Lei nº 368/2025 (cujos termos são agora incorporados nesta alteração) surgiu da necessidade de enfrentar o “aumento expressivo do número de cães e gatos em áreas urbanas e periféricas”, o que tem gerado preocupações quanto à “proliferação descontrolada, abandono, maus-tratos e disseminação de zoonoses”.

Dessa forma, a inclusão do Censo Municipal de Animais Domésticos (cães e gatos) como Artigo 38-A tem a finalidade de preencher esta lacuna metodológica, instituindo um programa permanente para “identificar, registrar e quantificar os animais domésticos”.

### II. O Censo como Ferramenta de Gestão e Planejamento

A instituição legal do Censo, a ser executado pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente, por meio da Unidade de Vigilância de Zoonoses – UVZ, proporciona clareza executiva e garante a obrigatoriedade de ações coordenadas e contínuas por parte do Poder Público:

1. Periodicidade Obrigatória: A determinação de que o Censo seja realizado “bianualmente (a cada dois anos)” garante que os dados utilizados nas políticas públicas sejam sempre atuais, o que é fundamental para o controle de zoonoses e planejamento de saúde.

2. Dados Estratégicos Detalhados: O Censo exigirá a coleta de informações cruciais que não são meramente cadastrais, como a “condição reprodutiva (esterilizado ou não)”, bem como as “condições de abrigo e alimentação” e o “registro de vacinação e atendimento veterinário”.

3. Subsídio a Políticas Públicas: O “mapeamento detalhado da população” permitirá o planejamento preciso de “campanhas de castração, vacinação, microchipagem e adoção responsável”. Tais informações são vitais para a eficácia do “programa de controle populacional de animais” já previsto no Artigo 38 da lei original.

4. Transparência e Controle Social: A obrigatoriedade de que os dados sejam “sistematizados em banco de dados municipal, com acesso público por meio do *site* oficial” garante a transparência na gestão e permite o controle social sobre a aplicação dos recursos e o acompanhamento das políticas de bem-estar animal.



# Câmara Municipal de Diadema

Estado de São Paulo

A proposta de alteração desta Lei Municipal “fortalece o compromisso do Município” com a proteção animal, inclusive com os princípios da Lei Federal nº 9.605/1998 (Lei de Crimes Ambientais), e representa um “passo importante na construção de uma política pública moderna, eficiente e humanitária em favor dos animais e da coletividade”.

Pelas razões expostas, solicito a aprovação desta alteração na Lei Municipal nº 2.277/2003.

Diadema, 28 de novembro de 2025.

Assinado digitalmente por:  
JERRI DESSONE DA SILVA REGO  
CPF: \*\*\*.947.628-\*\*  
Data: 04/12/2025 10:21:27 -03:00



Vereador JERRI DESSONE DA SILVA REGO  
(JERRY BOLSAS)



## MANIFESTO DE ASSINATURAS



Código de validação: PMRHX-J8WTY-48JKE-V8GFB

Esse documento foi assinado pelos seguintes signatários nas datas indicadas (Fuso horário de Brasília):

- ✓ JERRI DESSONE DA SILVA REGO (CPF \*\*\*.947.628-\*\*) em 04/12/2025 10:21
- ✓ JERRI DESSONE DA SILVA REGO (CPF \*\*\*.947.628-\*\*) em 04/12/2025 10:21

Para verificar as assinaturas, acesse o link direto de validação deste documento:

<https://portaldeassinaturas.cmdiadema.sp.gov.br/validate/PMRHX-J8WTY-48JKE-V8GFB>

Ou acesse a consulta de documentos assinados disponível no link abaixo e informe o código de validação:

<https://portaldeassinaturas.cmdiadema.sp.gov.br/validate>